

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR CLÁUDIO COUTO TERRÃO DA SEGUNDA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Processo: 1112494 – Denúncia

Denunciante: Mensurar Serviços de Consultoria Econômica LTDA - ME

Jurisdicionado: Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares

JANE MOUFARREG DINIZ, Diretora Geral do Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares – IPREM/GV e **ROSILENE ROSÁRIO MARIANO**, Pregoeira do Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares - IPREM/GV, por meio de sua advogada constituída nos autos, vem prestar esclarecimentos acerca dos fatos narrados na presente denúncia.

I – DA TEMPESTIVIDADE

O início do prazo para manifestação ocorreu no dia 22/11/2021, e o seu vencimento se dará em 26/11/2021, conforme artigo inciso II do artigo 168 c/c o parágrafo primeiro do artigo 170 da Resolução nº 12/2008 – RITCEMG.

Tempestiva, pois, esta Impugnação, cuja apresentação se deu via e-TCE, conforme determina o § 2º do artigo 2º da Portaria nº 17/Pres./2021.

II – BREVE RELATÓRIO

Trata-se de denúncia formulada pela Empresa Mensurar Serviços de Consultoria Econômica Ltda.- ME em face do edital de Pregão Presencial nº 01/2021 – Processo Administrativo de Compras e Serviços nº 08/2021, deflagrado pelo Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares para a contratação de empresa para a prestação de serviços de disponibilização virtual de informações econômico-financeiras, com intuito de auxiliar na análise e no acompanhamento dos investimentos, de modo a atingir a melhor relação risco x retorno com o consequente aumento de rentabilidade.



A Denúncia foi protocolada no dia 08/11/2021 e recebida pelo conselheiro-presidente no dia 09/11/2021, após foi autuada e distribuída ao conselheiro-relator.

Antes de examinar o pedido liminar de suspensão do certame, os autos foram encaminhados à Coordenadoria de Fiscalização de Editais, a qual apresentou estudo preliminar concluindo pela procedência da denúncia quanto aos seguintes pontos:

- A ausência de registro da prestadora de serviço na entidade profissional competente, ou seja, no Conselho Regional de Economia – CORECON e na Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- A ausência da exigência de constar, no quadro de pessoal da empresa participante, profissionais adequados, com o efetivo registro nas entidades profissionais competentes, como determinam os incisos I e II do artigo 30 da Lei nº 8.666/93;
- A especificação do objeto, item 3.10, Anexo I, Termo de Referência, mediante a qual o sistema deve possuir na sua base de dados informações originadas da CVM e ANBIMA sobre no mínimo, 9.500 (nove mil e quinhentos) fundos de investimento;
- A permissão constante do item 6.5 – Qualificação Técnica, subitem 6.5.1, de que o atestado ou a certidão para comprovação do desempenho do sistema e serviços solicitados no Edital sejam emitidos por pessoa jurídica de direito privado.

A unidade técnica ainda apontou que os itens 9.1 e 20.7 do edital, que tratam, respectivamente, dos recursos e da impugnação do ato convocatório, não constam as formas de suas interposições, indicando que estas ausências prejudicariam a devida transparência das regras editalícias. E por essa razão sugeriu a expedição de recomendação aos gestores municipais, nos seguintes termos:





- Caso ausente regulamentação do instituto do pregão eletrônico e sistema de registro de preços, que seja, nos termos das legislações vigentes, promulgado o respectivo decreto e dada a ele a devida publicidade, em locais de fácil acesso ao cidadão e aos órgãos de controle;
- Caso existente o decreto que seja procedida à devida publicação em locais de fácil acesso ao cidadão e aos órgãos de controle;
- Caso constatada a inviabilidade técnica ou desvantagem para a administração na realização do pregão eletrônico, que seja expedida justificativa pela autoridade competente, nos termos do § 4º do artigo 1º do Decreto Federal 10.024/2019 e do § 2º do artigo 1º do Decreto Estadual nº 48.012/2020.

Após a juntada do Relatório Técnico, os autos foram conclusos ao conselheiro-relator que proferiu despacho determinando a intimação da Diretora Geral do IPREM/GV, Jane Moufarreg Diniz, e da pregoira do IPREM/GV, Rosilene Rosário Mariano, para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar esclarecimentos e documentos necessários acerca dos fatos apontados pelo Denunciante e pelo relatório técnico, bem como informar em que estado se encontra o Pregão Presencial nº 01/2021, com encaminhamento de cópia integral do certame.

III – DOS ESCLARECIMENTOS

O Instituto de Previdência Municipal de Governadores Valadares – IPREM/GV é uma autarquia municipal, atualmente regulamentado pela Lei Municipal nº 5.887, de 28 de julho de 2008 (cópia anexa), responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Municipal, conforme previsto no Artigo 1º, da mencionada norma municipal.

Art. 1º. A presente Lei reestrutura o Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares – IPREM/GV, que na forma do disposto no art. 40 da Constituição Federal é o órgão gestor único do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Governador Valadares, de caráter contributivo e solidário, entidade autárquica, dotada de





personalidade jurídica de direito público, dispondo de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criado na forma da Lei Municipal 3.655, de 28 de dezembro de 1992, continuará com a mesma denominação, sede e foro na cidade de Governador Valadares – MG, passando a ser regido nos termos da presente Lei.

Há alguns anos o IPREM/GV opta por uma gestão própria dos recursos previdenciários, sendo que as aplicações financeiras do IPREM/GV são efetuadas pela Gerência de Investimentos, sob a coordenação do Departamento Administrativo e Financeiro, com o acompanhamento do Comitê de Investimentos seguindo as premissas da Política de Investimentos que é anualmente aprovada pelo Conselho Deliberativo.

A Gerência de Investimentos do IPREM/GV foi criada pela Lei Complementar nº 177 de 8 de agosto de 2014 (cópia anexo), competindo ao gerente de investimentos entre outras atribuições, a função de Gestor de investimento, conforme dispõe o artigo 4º da referida lei.

Art. 4º Compete ao Gerente de Investimentos:

- I - fornecer ao Diretor Geral do IPREM/GV e ao Conselho Deliberativo e informações pertinentes à sua área de atuação, para subsidiar ações de planejamento, orçamento e avaliação;
- II - cumprir e fazer cumprir as normas legais relativas à sua área de atuação;
- III - elaborar a política anual de investimentos conjuntamente com o Comitê de Investimentos propondo a aplicação das reservas, nos termos da legislação federal;
- IV - propor ao Conselho Deliberativo, através do COIN, a política anual de investimentos na gestão do regime próprio de previdência, procedendo ao envio dos demonstrativos das aplicações para o Ministério da Previdência Social na periodicidade e forma estabelecidas pelo Ministério;
- V - organizar e promover processo seletivo para credenciamento de Instituições Financeiras em conformidade com as normas do Conselho Monetário Nacional e do Ministério da Previdência Social, bem como de Sociedades Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários;
- VI - zelar pela promoção de elevados padrões éticos na condução das operações relativas às aplicações dos recursos operados pelo IPREM/GV, bem como pela eficiência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle de seus investimentos;
- VII - elaborar relatórios trimestrais detalhados, ao final de cada período a que se referir, sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas pelo IPREM/GV com títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos segmentos de renda fixa, renda variável e imobiliário;





VIII - exercer outras tarefas correlatas;

IX - exercer a função de Gestor de Investimentos conforme Regimento Interno do Comitê de Investimentos - COIN.

Para a gestão dos recursos com o menor risco possível se faz necessário um conhecimento prévio e específico sobre o mercado financeiro e de capitais, segurança nas informações financeiras utilizadas, além do salutar cumprimento da legislação vigente. Para tanto, além da capacitação técnica e certificação pela ANBIMA dos membros do Comitê de Investimentos, o Gestor de Investimentos do IPREM/GV possui certificados ANBIMA, Agente Autônomo de Investimentos pela ANCORD e Gestor de Risco com o PQO da BM&FBovespa.

O IPREM/GV conta também, com a utilização do software “Quantum Axis Online” da empresa Paramita Tecnologia Consultoria Financeira LTDA-EPP cujo contrato vencerá em 19 de abril de 2022. O atual sistema permite ao Gestor de Investimento do IPREM/GV acessar, analisar e acompanhar ativos financeiros de forma consistente e eficiente, possuindo ampla base de informações financeiras (aproximadamente 150.000 séries) atualizada constantemente com dados quantitativos e qualitativos de Ações e Empresas, Empresas Fechadas, Fundos de Investimentos – FI, Fundos de Investimentos em Creditórios – FIDC, Fundos de Investimentos Imobiliários – FII, Fundos de Investimentos em Participações – FIP, RPPS, Previdência Aberta, Entidades Fechadas de Previdência – EFPC, Renda Fixa, Derivativos e Índices.

No intuito de gerenciar a carteira da melhor forma, obtendo o maior número de dados e referências do mercado financeiro, verificou-se a necessidade de continuar fazendo uso de um software para o acompanhamento do mercado, que possa fornecer as informações necessárias para melhor utilização do potencial de investimentos do IPREM/GV, sendo deflagrado o Processo Administrativo de Compras e Serviços nº 08/2021 para a contratação de empresa especializada para fornecimento e cessão de direitos do uso de software com as especificações constantes do Termo de Referência (fls. 02-09 do PACS nº 08/2021).

Conforme informações prestadas pelo Departamento Administrativo e Financeiro do IPREM/GV, após regular tramitação do processo, houve a publicação do



Edital no dia 21 de outubro de 2021, com sessão agendada para o dia 11 de novembro de 2021 às 9h. No dia 3 de novembro a empresa Mensurar Investimentos encaminhou e-mail ao setor responsável pela licitação, realizando questionamentos referentes ao item 2 e 3.10, ambos do anexo I do Edital (Termo de Referência), especificamente apontando o seguinte:

“No item 2 (p.11) manifestou-se um pedido de software capaz de transmitir informações em tempo real. Sabe-se que, exceto a Bloomberg Terminal, ainda não existe no mercado, software capaz de transmitir informações em tempo real, isto é, sempre haverá um delay.

No item 3.10 (p.11) especificou-se uma base de dados com no mínimo 9.500 fundos de investimentos. Contudo, atualmente esta quantidade de fundos não representa fundos aptos a gerenciar recursos financeiros conforme as regras de enquadramento de RPPS.”

Por se tratar de questionamentos técnicos, relativos especificamente ao objeto a ser contratado, os apontamentos foram encaminhados ao Gestor de Investimentos do IPREM/GV, que após análise, concluiu pela pertinência do primeiro questionamento, e pela improcedência do segundo.

Todavia, antes mesmo do envio das respostas aos questionamentos, enviada por e-mail no dia 09/11/2021, a Empresa Mensurar encaminhou a Impugnação ao Edital, que foi enviada por e-mail pela empresa no dia 08/11/2021, mesmo dia em que a Empresa realizou a denúncia no TCE/MG, contendo os mesmos fundamentos da impugnação apresentada ao IPREM/GV.

Especificamente, quanto aos pontos abordados na Impugnação ao Edital e na Denúncia, após análise dos setores competentes cumpre esclarecer o seguinte.

III. 1. DO REGISTRO DA PRESTADORA DE SERVIÇO NO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – CORECON - E NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM

Inicialmente cumpre dizer que o objetivo do processo de licitação deflagrado pelo IPREM/GV (PACS nº 08/2021) não se trata de contratação de consultoria externa de investimentos, pois conforme informação prestada acima, o IPREM/GV há alguns anos opta pela gestão própria de recursos, para tanto possui em

sua estrutura administrativa a Gerência de Investimentos criada pela Lei Complementar nº 177/2014.

O Gerente de Investimentos, entre outras atribuições, exerce a função de Gestor de Investimentos, elaborando a política anual de investimentos conjuntamente com o Comitê de Investimentos do IPREM/GV, propondo a aplicação das reservas, nos termos da legislação federal. Entre os requisitos mínimos para ocupação do cargo de Gerente de Investimentos, está a necessidade de formação em nível superior em economia, ou profissional de nível superior com pós-graduação em finanças reconhecida pelo MEC, além de possuir certificação para o mercado financeiro no mínimo CPA-20.

Pela justificativa e especificação do objeto constante do Item 2 e 3 ambos do anexo I do Edital (Termo de Referência fls. 112-117 do PACS nº 08/2021) verifica-se que a contratação se restringe à utilização de software que possibilite ao Gestor de Investimento do Instituto e aos membros do Comitê de Investimento o acompanhamento dos fundos de investimento nos quais o IPREM/GV possui recursos investidos, bem como o acompanhamento de toda a indústria de fundos de investimentos e sobre o mercado financeiro visando ter informações atualizadas e confiáveis sobre o que acontece no mercado financeiro no Brasil e no mundo.

Assim, não se mostra razoável a exigência de registro da empresa de desenvolvimento do software no Conselho Regional de Economia – CORECON, pois a atividade-fim da empresa de desenvolvimento de software, ainda que envolva a área econômica e de finanças, não se confunde com as atividades reservadas aos economistas.

Nos termos do art. 3º do Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da Profissão de Economista, regida pela Lei nº 1.411 de 13 de agosto de 1951, as atividades privativas do Economista compreendem:

Art. 3º A atividade profissional privativa do economista exercita-se, liberalmente ou não por estudos, pesquisas, análises, relatórios, pareceres, perícias, arbitragens, laudos, esquemas ou certificados sobre os assuntos compreendidos no seu campo



profissional, inclusive por meio de planejamento, implantação, orientação, supervisão ou assistência dos trabalhos relativos as atividades econômicas ou financeiras, em empreendimentos públicos privados ou mistos ou por quaisquer outros meios que objetivem, técnica ou cientificamente, o aumento ou a conservação do rendimento econômico.

Por outro lado, a definição de Tecnologia da Informação encontrada no “Wikipédia – Enciclopédia Livre” é a seguinte:

Tecnologia da Informação (TI) é um conjunto de todas as atividades e soluções providas por recursos de computação que visam a produção, o armazenamento, a transmissão, o acesso, a segurança e o uso das informações. Na verdade, as aplicações para TI são tantas — e estão ligadas a tantas áreas — que há diversas definições para a expressão e nenhuma delas consegue determiná-la por completo. É a área da informática que trata a informação, a organização e a classificação de forma a permitir a tomada de decisão em prol de algum objetivo. A tecnologia da informação pode contribuir para alargar ou reduzir as liberdades privadas e públicas ou tornar-se um instrumento de dominação[1], ou ainda, libertação[2] a medida que promove o desenvolvimento individual/coletivo, por meio do contato com os registros da experiência social, incorre em acentuar aquilo que aprendido com os acertos, e, evitar os erros. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Tecnologia_da_informação)

Pela leitura da definição de tecnologia da informação acima transcrita verifica-se que as aplicações de TI são inúmeras e está ligada a diversas áreas, havendo por isso várias definições e nenhuma consegue determiná-la por completo. Trata-se de profissão ainda não regulamentada pelas leis brasileiras, e por isso, não se exigiu registro da empresa ou dos profissionais junto ao conselho da classe, vez que inexistente.

Entretanto, uma das exigências contidas no edital, quanto à qualificação técnica da empresa a ser contratada, está a de comprovação de que a empresa possua no seu quadro de pessoal profissional graduado na área de tecnologia da informação (item 6.5 subitem 6.5.2 do Edital).

Assim, contrariamente ao apontado na impugnação e no relatório técnico, verifica-se que a denúncia é improcedente neste quesito, visto que o Edital contempla a exigência de qualificação técnica, conforme estabelece a Lei 8.666/1993.



III. 2. DA NECESSIDADE DE CONSTAR NO QUADRO DE PESSOAL DA EMPRESA PARTICIPANTE PROFISSIONAIS ADEQUADOS, COM O EFETIVO REGISTRO NAS ENTIDADES PROFISSIONAIS COMPETENTES, COMO DETERMINAM OS INCISOS I E II, DO ART. 30 DA LEI 8666/93.

Pelas mesmas razões acima expostas, exigir que a empresa tenha em seu quadro de pessoal, profissionais com formação em economia e com registro no CORECON e/ou na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, por exemplo, poderia restringir a participação de empresas de desenvolvimento de software que não possua tal profissional, já que a atividade preponderante desta empresa está diretamente ligada à tecnologia da informação e não a área econômica especificamente. A empresa de desenvolvimento de software poderá se valer de consultoria técnica especializada na área econômica sem que, obrigatoriamente, tenha este profissional registrado em seu quadro de pessoal.

Desta forma, constata-se que as exigências contidas no edital de licitação são suficientes e atendem ao que a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) determina como documentos aptos à comprovação da qualificação técnica da empresa licitante.

III. 3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, ITEM 3.10, ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA, MEDIANTE A QUAL O SISTEMA DEVE POSSUIR NA SUA BASE DE DADOS INFORMAÇÕES ORIGINADAS DA CVM E ANBIMA SOBRE, NO MÍNIMO, 9.500 (NOVE MIL E QUINHENTOS) FUNDOS DE INVESTIMENTO

Conforme dito alhures, o objetivo principal da contratação do software é obter informações seguras e confiáveis sobre o mercado financeiro e o acompanhamento dos fundos de investimentos nos quais o IPREM/GV possui investimento, bem como o acompanhamento de toda a indústria de fundos de investimento, para subsidiar a elaboração da política anual de investimentos, nos termos da legislação federal.

Deste modo, a exigência de que o banco de dados do software possua no mínimo 9.500 (nove mil e quinhentos) fundos, está em conformidade com a própria

finalidade e funcionalidade do sistema para o IPREM/GV, pois embora a lei restrinja os fundos aos quais os RPPS podem alocar seus recursos, o gestor de investimentos do IPREM/GV precisa observar o comportamento e carteira de diferentes fundos e do mercado financeiro de um modo geral.

Pelas atribuições expostas na Lei Complementar nº 177/2014, que criou a Gerência de Investimentos dos IPREM/GV, uma das atribuições do gerente de investimentos é elaborar relatórios trimestrais detalhados, ao final de cada período a que se referir, sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas pelo IPREM/GV com títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos segmentos de renda fixa, renda variável e imobiliário, e para elaboração destes relatórios, por exemplo, é primordial informações sobre o comportamento e carteiras dos mais variados fundos de investimento, pois o comportamento de um fundo de investimento o qual a lei não permite a alocação de recursos do IPREM/GV, pode impactar favoravelmente ou negativamente a rentabilidade de um fundo de investimento o qual a lei permite a alocação de recursos.

Importante destacar, que a política de investimentos do IPREM/GV cumpre rigorosamente a legislação sobre o tema, especificamente a Resolução CMN nº 3.922 de 25 de novembro de 2010 e suas alterações posteriores, e o fato do IPREM/GV não poder alocar recursos em 9.500 (nove mil e quinhentos) fundos de investimentos, não torna inviável a exigência de que o banco de dados do software possua este requisito.

III. 4. DA PERMISSÃO CONSTANTE DO ITEM 6.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, SUBITEM 6.5.1, DE QUE O ATESTADO OU CERTIDÃO PARA COMPROVAÇÃO DE DESEMPENHO DO SISTEMA E SERVIÇOS SOLICITADOS NO EDITAL SEJAM EMITIDOS POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO.

A lei 8.666/1993 estabelece no artigo 30 os limites quanto às exigências relativas à documentação para a comprovação da qualificação técnica, e permite que os atestados a serem exigidos sejam fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

O argumento utilizado pela Empresa Mensurar na impugnação diz que, conquanto os RPPS estejam submetidos a regras específicas de alocação, diversas daquelas incidentes para pessoas jurídicas de direito privado, não poderia exigir atestado de capacidade técnica fornecido por empresa de direito privado.

Todavia, não há razões para tal restrição, visto que a certidão ou atestado, independentemente de ser emitido por empresa pública ou privada dará ao IPREM/GV a segurança de que a empresa é capaz de fornecer o software com os requisitos exigidos no edital.

Caso houvesse a exigência editalícia de que os atestados de comprovação de desempenho do sistema fossem apresentados apenas por empresa de direito público poderia se afastar possíveis concorrentes.

O parágrafo terceiro do artigo 30 da Lei 8.666/1993 permite a admissão de comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Art. 30 [...]

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Por outro lado, o parágrafo quinto do mesmo dispositivo, veda a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

Art. 30 [...]

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

Assim, o edital mereceria reparos, caso promovesse a restrição a qual a Denunciante requer seja imposta à licitação.

Desse modo, observa-se que os apontamentos da Empresa Mensurar partem de uma interpretação equivocada do objeto a ser licitado, pois a Denunciante manifesta entendimento na sua impugnação no sentido de que o IPREM/GV busca contratação de consultoria, quando na realidade o que se pretende é apenas a contratação de um software para auxiliar o gestor de investimentos do IPREM/GV que realiza gestão própria dos seus recursos.

III. 5. DA ANÁLISE DO EDITAL PELA COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDITAIS DE LICITAÇÃO - FORMA DE APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

Quanto aos apontamentos realizados pela Unidade Técnica do TCE/MG quanto aos itens 9.1 e 20.7 do edital que tratam, respectivamente, dos recursos e da impugnação ao ato convocatório, verifica-se que os subitens do item 9.3 estabelecem a forma de interposição dos recursos.

9. DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES

[...]

9.3 As razões e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidas:

9.3.1 Serem dirigidas à Diretora Geral do IPREM/GV, aos cuidados da Pregoeira, no prazo de 3 (três) dias, por petição emitida por computador, contendo razão social, número do CNPJ ou CPF e endereço do licitante, rubricadas em todas as folhas e assinadas pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhadas de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal;

9.3.2 Serem encaminhadas para o endereço eletrônico licitação@ipremgv.mg.gov.br, mediante encaminhamento da petição e demais documentos digitalizados ou ser protocolizados, em via original no Anexo do Instituto.

No caso do item 20.7, quanto à forma de interposição da impugnação, observou-se falta de clareza, faltando informações mais completas sobre a forma que a impugnação será recebida, se por e-mail e/ou protocolo, sendo observado também, a necessidade de dar destaque a este ponto no edital, o que será corrigido oportunamente.

III. 6. DA ANÁLISE DO EDITAL PELA COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDITAIS DE LICITAÇÃO – RECOMENDAÇÃO UTILIZAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

No tocante as recomendações sugeridas pela Unidade Técnica, notadamente quanto à regulamentação do instituto do pregão eletrônico e sistema de registro de preços, cumpre informar, que o Município de Governador Valadares possui decreto regulamentando ambos os procedimentos, conforme destacado abaixo.

- Decreto nº 10.506, de 20 de março de 2017, que regulamenta o sistema de registro de preços previsto no artigo 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (documento em anexo).
- Decreto nº 11.132, de 1º de abril de 2020, que regulamenta no âmbito do Município de Governador Valadares a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia (documento em anexo).

Estes decretos podem ser acessados pelo site do Município de Governador Valadares (<https://www.valadares.mg.gov.br/legislacao>), através de busca pela palavra chave “Pregão” e “Registro de Preços”, conforme se demonstra pelos *Prints Screen* em anexo.

A opção pela utilização do pregão presencial se deu pela desvantagem na realização do pregão eletrônico, pelo grande volume de empresas que posteriormente à sessão, declinam de suas propostas, ou deixam de enviar a documentação no prazo estabelecido, e ainda, a maior facilidade na negociação de preços e verificação das condições de habilitação e execução da proposta, que a forma presencial do pregão proporciona, e foi justificada pela Direção Geral do IPREM/GV nos autos processo licitatório.

III. 7. DOS PRÓXIMOS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PELO IPREM/GV NO PACS Nº 08/2021.

Quanto aos procedimentos adotados pelo IPREM/GV no procedimento licitatório denunciado neste Tribunal, conforme se observa pelo documento de fl. 172 do PACS nº 08/2021, após o recebimento da impugnação ao edital, a Pregoeira juntamente com a equipe de apoio decidiu cancelar a sessão agendada para proceder com a retificação do edital.

Instado a se manifestar, o setor requisitante da licitação - Departamento Administrativo e Financeiro do IPREM/GV informou que após análise da impugnação da Empresa Mensurar e o Despacho do TCE/MG que determinou a notificação da Diretora Geral e da Pregoeira, chegou-se a conclusão de que o objeto da licitação não está suficientemente claro, pois gerou interpretações equivocadas por parte da empresa que realizou a denúncia no Tribunal de Contas de Minas Gerais.

Sendo o objeto a ser contratado, parte fundamental no procedimento licitatório, que deve ser descrito de forma clara para que não gere dúvidas ao licitante sobre o que se quer realmente contratar. E havendo dúvidas quanto à clareza do objeto conforme se encontra descrito no processo licitatório (PACS nº 08/2021), tendo em vista a impugnação apresentada, bem como, o relatório técnico da Coordenação de Fiscalização de Editais de Licitação, chegou-se a conclusão pelo desfazimento do processo licitatório.

Entre as prerrogativas da Administração Pública, há a possibilidade de revogar atos que não sejam mais convenientes e oportunos para o atendimento do interesse público, bem como de invalidá-los (anulá-los) em caso de ilegalidade.

O artigo 49 da Lei 8.666/1993 estabelece a possibilidade da autoridade competente para a aprovação do procedimento revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fatos supervenientes devidamente comprovados.

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Sendo assim, conforme apontado pelo Departamento Administrativo e Financeiro (fls. 189-193 do PACS nº 08/2021), o setor requisitante do processo licitatório encaminhará pedido fundamentado à Direção Geral requerendo a revogação da licitação, tendo em vista os fatos aqui levantados, e que levam a conclusão que o objeto da licitação não está suficientemente claro, eivando de vícios o procedimento licitatório.

IV. CONCLUSÃO

Por todo exposto, prestados os esclarecimentos pertinentes, a Diretora Geral do Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares - IPREM/GV – Jane Moufarreg Diniz e a Pregoeira do Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares - IPREM/GV – Rosilene Rosário Mariano, requerem a juntada dos documentos anexos, bem como, da cópia integral do Processo Administrativo de Compras e Serviços – PACS nº 08/2021.

Requer por fim, seja a presente denúncia julgada improcedente e o arquivamento definitivo do processo.

Governador Valadares, data da assinatura eletrônica.

MARINA ESTEVES PEREIRA
OAB/MG 114.977